

Sumário

Apresentação	5
Dedico esta obra	7
Prefácio	9
Capítulo 1 – Introdução ao conceito de privacidade	17
As primeiras definições	17
Conceito de privacidade no século 19	18
Contexto e Influências	21
Avanços tecnológicos vs. privacidade	24
Conceito de privacidade no século 20	29
Capítulo 2 – Introdução à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	39
Objeto tutelado	39
Fundamentos	40
Essência da LGPD	47
Aplicabilidade da LGPD	49
Exceções da aplicabilidade da LGPD	50
Capítulo 3 – Definições fundamentais	55
Dado pessoal	55
Dado pessoal sensível	56
Banco de dados	58
Titular de dados pessoais	59
Tratamento	62

Anonimização e Pseudoanonimização	64
Tratamento de dados pessoais de alto risco e larga escala.....	101
Incidentes de segurança da informação.....	109
Agentes de tratamento.....	126
Encarregado	136
Agência Nacional.....	154
Atribuições da ANPD	155
Resumo dos personagens da LGPD	156
 Capítulo 4 – Princípios	159
Princípios norteadores da LGPD	159
 Capítulo 5 – Hipóteses de tratamento dos dados pessoais.....	183
1. Consentimento.....	183
2. Obrigação legal e regulatória	192
3. Administração Pública	193
4. Estudos e órgãos de pesquisa.....	194
5. Execução de contrato	198
6. Exercício regular de direitos	199
7. Para proteção da vida	201
8. Tutela da saúde.....	202
9. Interesse legítimo	207
10. Proteção do crédito	210
 Capítulo 6 – Dados pessoais de natureza pública.....	217
Capítulo 7 – Registro das operações de tratamento de dados pessoais.....	219
Capítulo 8 – Da responsabilidade e do ressarcimento de danos.....	227
I. Responsabilidade Objetiva	227
II. Responsabilidade Subjetiva	227
III. Responsabilidade Proativa	229

IV.	Necessidade de demonstrar o dano	231
V.	Aplicação ao agente de tratamento	232
VI.	Aplicação ao encarregado de tratamento de dados	234
VII.	Teoria da aparência.....	235
VIII.	Ônus da prova	236
Capítulo 9 – Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....		239
	Das Providências	242
	Principais agentes de tratamento do Poder Público	245
	Cartórios e serviços notariais	248
	Considerações finais	249
Capítulo 10 – Transferência internacional de dados pessoais		251
	Conceito de transferência internacional de dados pessoais	251
	Conceito de transferência internacional de dados na LGPD (Art. 33)	252
	Paralelo com a Resolução nº 19 da ANPD.....	253
	Aspectos não regulamentados pela Resolução nº 19	254
	Análise Crítica e Principais Contribuições da Resolução nº 19	254
	Complementaridade entre o art. 33 da LGPD e a Resolução nº 19	257
	Considerações finais quanto à transferência internacional de dados.....	257
Capítulo 11 – Direitos dos titulares.....		261
	Fundamento Constitucional e Autodeterminação Informativa	261
	Quais são os direitos dos titulares?	263
1.	Confirmação da Existência de Tratamento	263
	Natureza Jurídica e Finalidade.....	264
	Forma, Prazo e Gratuidade	264
	Relevância Prática e Riscos Envolvidos.....	265
	Boas Práticas e Requisitos de Conformidade.....	265
	Considerações Finais	266
2.	Acesso aos dados	266

Escopo do Direito	266
Relevância e Conexão com Outros Direitos.....	267
Forma, Prazo e Garantias	267
Cuidados e Boas Práticas do Agente de Tratamento.....	267
Considerações Finais	268
3. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados....	268
Finalidade e Alcance	268
Conexão com Outros Direitos	269
Responsabilidades do Agente de Tratamento.....	269
Boas Práticas e Cuidados Relevantes	269
Considerações finais	270
4. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD	270
Finalidade e Aplicabilidade	270
Relevância e Conexão com Outros Direitos.....	271
Conceitos Fundamentais.....	271
Deveres do Agente de Tratamento	271
Boas Práticas e Governança	272
Considerações Finais	272
5. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto	273
Natureza Jurídica e Finalidade.....	273
Condicionantes e Limitações.....	274
Integração com Outros Direitos	274
Deveres do Controlador	274
Boas Práticas Organizacionais	275
Considerações finais	275
6. Eliminação dos dados tratados com o consentimento do titular	275
Fundamentos Jurídicos e Limitações Aplicáveis	276
Relação com a Revogação do Consentimento.....	276
Deveres do Controlador	276

Riscos Operacionais e Boas Práticas	277
Considerações Finais	277
7. Informação sobre compartilhamento	278
Finalidade e Importância.....	278
Relação com os Demais Direitos dos Titulares	278
Obrigações do Controlador	279
Riscos Associados e Cuidados Necessários.....	279
Boas Práticas para Garantia da Conformidade	280
Considerações Finais	280
8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa	281
Fundamentação e Escopo	281
Relação com Outros Direitos e Princípios.....	282
Deveres do Controlador	282
Riscos e Cuidados.....	282
Boas Práticas Recomendadas.....	283
Considerações Finais	283
9. Revogação do consentimento	284
Natureza Jurídica e Efeitos da Revogação.....	284
Integração com Outros Direitos	284
Obrigações do Controlador	285
Boas Práticas Recomendadas.....	285
Considerações Finais	286
10. Oposição ao tratamento	286
Natureza e Finalidade	286
Integração com Outros Direitos	287
Deveres do Controlador	287
Boas Práticas e Riscos Envolvidos	288
Considerações Finais	288
Instrumentalização e Resposta dos Agentes de tratamento	290
Limites e Colisões de Direitos	291
Conclusão	292

Capítulo 12 – ANPD – Penalidades e sanções administrativas	293
Fundamento Legal da Responsabilização	294
Critérios de Dosimetria (Resolução CD/ANPD nº 4/2023)	296
Atenuantes e Agravantes	297
A Publicização como Medida Pedagógica	298
Perspectivas de Aplicação e Governança	299
O Ministério Público e a Fiscalização da LGPD: Atuação Complementar à ANPD	299
Atribuições do Ministério Público no Contexto da LGPD	300
Diferença e Complementariedade entre a ANPD e o Ministério Público ...	301
Exemplos de Atuação Relevante do Ministério Público	302
Considerações finais da atuação do Ministério Público e ANPD	302
O Mercado como Agente Fiscalizador: A Fiscalização Privada na Cadeia de Tratamento de Dados	303
A Responsabilidade do Controlador e o Princípio da Responsabilização (Accountability)	304
A Fiscalização Privada como Boa Prática de Governança	305
A Repercussão Contratual da (In)Conformidade	306
Considerações finais: papel fiscalizatório do mercado	307
O Fator Tridimensional da Fiscalização: Uma Aplicação Analógica da Teoria de Miguel Reale à Proteção de Dados	308
Referências bibliográficas	311